

Organização socioespacial em cidades do agronegócio no norte mato-grossense: um estudo em Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum

Marly Santos da Silva¹, José Marcelo Martins Medeiros² e Lara Alexandrina Amorim Nunes³

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela PPG-FAU/UnB. Docente do Centro Universitário UNIEURO. Geógrafa e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela PPG-FAU/UnB. E-mail: santos.marly@gmail.com

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela PPG-FAU/UnB. Docente da Universidade Federal do Amapá, pesquisador do Observatório do Platô das Guianas (OBFron). Arquiteto e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela PPG-FAU/UnB, Brasil. E-mail: medeirosjose@gmail.com

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-FAU/UnB. Arquiteta e Urbanista pela FAE/Unema. E-mail: laraaanunes@gmail.com

RESUMO: Este artigo trata da relação desenvolvimento socioeconômico e configuração sócioespacial nos municípios do norte do Mato Grosso: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. A urbanização desses locais se deu a partir da indústria do agronegócio e um dos desafios tem sido diversificar a produção econômica, juntamente com o planejamento do uso do solo frente ao crescimento populacional e migratório. Neste contraponto - economia e urbanização, questiona-se como manter os diferentes grupos de renda em equilíbrio, minimizando conflitos e condicionantes socioambientais comuns às grandes cidades: favelas, assentamentos ilegais, mendicância, desemprego e a explosão da violência. No desenvolvimento do texto são utilizados indicadores socioeconômicos que caracterizam o perfil social e econômico dos habitantes. Essa avaliação ainda se vale de informações obtidas em visitas a campo realizadas em maio de 2014. Como considerações iniciais, entende-se que estas cidades seguem um caminho aparentemente coerente, voltado a manutenção da inclusão social na malha urbana com atendimento a serviços essenciais, independente dos níveis de renda e que há uma organização espacial sob controle da gestão urbana.

Palavras chave: Urbanização, municipalização do Norte do Mato Grosso, cidades do agronegócio.

Sociospatial organization in agribusiness cities in northern Mato Grosso: a case study in Lucas do Rio Verde and Nova Mutum

ABSTRACT: This paper analyses the relationship between socioeconomic development and socio-spatial configuration in some cities of Northern of the Mato Grosso State: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum and Sorriso. The urbanization of these sites started up with the agribusiness industry and one of the challenges has been to diversify economic production along with land use planning, population and migration growth. In these context of economic and urbanization conflicts, it is searched how to keep the different income groups in equilibrium, minimizing usual social and environmental constraints of large cities: slums, illegal settlements, begging, unemployment and the rise of violence. It was employed socioeconomic indicators that characterize the social and economic profile of the inhabitants. This assessment still relies on information obtained from field visits conducted in May 2014. One initial consideration, it that these cities apparently follow a seemingly coherent pattern, aimed at maintaining social inclusion in urban area with attention to essential services, independent to the income levels and that there is a spatial organization of urban management under control .

Keywords: urbanization, Northern of Mato Grosso cities, agribusiness cities.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso localizam-se no norte do Mato Grosso, região centro-oeste do país, circunscritos na Amazônia Legal. Os seus núcleos urbanos fazem parte das diferentes cidades novas surgidas no Brasil, resultado do processo de municipalização, neste caso específico impulsionados pela abertura da fronteiras agrícola. O crescimento populacional dos núcleos urbanos desses espaços tem sido rápido e enfrentam o desafio de manter uma economia forte e o equilíbrio sócioespacial.

A expansão e sobrevivência dessas cidades são temas que costumam interessar a pesquisadores, sobretudo em relação as contradições dos processos sócioespaciais comuns as diferentes cidades brasileiras, incluindo as necessidades de morar, trabalhar, ter lazer, saúde, educação, perpetuar um contexto social.

Em estudo de campo realizado em maio de 2014, especificamente para conhecer esses espaços urbanos, pelo menos três interesses surgiram: 1) o tipo de migração que é atraída pela propaganda dessas cidades devido a “fácil” absorção do mercado de trabalho e a boa qualidade de vida; 2) a configuração da malha urbana e a organização social presentes e 3) a forma como o planejamento urbano, por meio do plano diretor, e nestes casos, por meio do zoneamento da cidade, propõe a abertura para novas frentes de trabalho e manutenção da economia.

Neste contexto, os objetivos desse artigo é de apresentar uma reflexão sobre o contexto socioeconômico e espacial do meio urbano de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum e chegar a questionamentos sobre a sustentabilidade equilibrada desse municípios surgidos na década de 1980.

Para tanto, abordou-se sobre a lógica de funcionamento das “cidades do agronegócio” e sua ligação com o meio regional e a própria territorialidade brasileira, ressaltando as diferenciações internas, cujo desenvolvimento esta diretamente ligado ao tipo cultura agrícola cultivada. Isto conduz a diferenciações específicas dentro da constituição econômica do meio urbano, normalmente centrado no circuito superior da economia¹, ou seja, voltado a prestação de serviços de alta tecnologia, apesar da coexistência com uma economia menos especializada.

Com base em informações obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, levantou-se dados que permitiram perceber o desenvolvimento econômico do município, a produção agrícola e a relação com a construção e manutenção de um espaço urbano. Os dados envolvem a produção agrícola, crescimento populacional e migratório, o Produto Interno Bruto – PIB (por setor produtivo) e os setores de atividade em que as populações em idade ativa estão ocupadas.

Por último, foi realizada uma leitura dos mapas de zoneamento das três cidades com vistas a perceber a adequação da malha urbana aos diferentes usos, verificando se há perspectivas para desenvolvimento econômico e a forma de inclusão sócioespacial.

¹ Os circuitos superior e inferior da economia fazem parte das teorias desenvolvidas pelo geógrafo Milton Santos, publicados em livro denominado Os dois circuitos da economia e suas implicações espaciais (atualmente editado pela editora Edusp). O circuito superior esta ligado a atividades do setor terciário (serviços): bancos, comércio, indústrias da exportação, comércio atacadista, transporte etc.) e o circuito inferior a atividades menos modernizadas: comércio de pequena escala, mercado do varejo, utilizando trabalho menos especializado.

As informações primárias são provenientes de estudo dos campo, realizado em maio de 2014, quando fez-se registros fotográficos e observou-se a organização do espaço urbano em cada uma. As considerações finais envolvem reflexões sobre o futuro dessas paisagens urbanas.

O artigo terá, portanto: a) breve revisão histórico-teórica sobre cidades globalizadas e ligadas ao agronegócio; b) apresentação das cidades em estudo; c) o contexto socioeconômico dos municípios; d) a caracterização e análise da paisagem urbana a partir zoneamento uso e ocupação do solo e) as considerações finais.

2 AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES GLOBALIZADAS E OS REFLEXOS SOBRE O MEIO URBANO EM RAZÃO DAS MUDANÇAS NO CONTEXTO ECONÔMICO

Tradicionalmente os distintos tamanhos das cidades e a importância econômica que poderiam representar em um modelo hierárquico e equilibrado para o desenvolvimento foram tidos como anômalo, pois não favoreciam a composição de uma rede urbana com cidades inter-relacionadas. Isso aconteceu pela pouca quantidade de cidades médias, o que provocou inchaço das grandes cidades as quais, no geral, eram ineficientes no suprimento das expectativas de emprego e da vida urbana.

A falta de estruturas urbanas intermediárias deixaram o tal modelo hierárquico desequilibrado: de um lado as grandes cidades e de outro as cidades pequenas que funcionavam como fronteiras entre o rural e o urbano, com pouca absorção dos processos cumulativos das modernidades. O modelo de planejamento territorial voltado a alcançar o desenvolvimento de cidades médias, visavam suprir o hiato deixado pela existência de cidades-médias (DAMIANI, 2006 p. 136)

Por sua vez, a globalização, desbancou o paradigma do modelo de desenvolvimento equilibrado pautado em uma rede hierárquica de cidades. Vive-se na globalização a possibilidade de contatos diferenciados entre cidades de diferentes portes, com comunicações simultâneas ou uma rede intrincada de relacionamentos. Existem ligações entre agentes financeiros internacionais em toda e qualquer cidade e o planejamento territorial tem sido substituído pelo planejamento estratégico que envolvem áreas de diferentes portes. Verifica-se nesse universo o desdobramento da *divisão social* na *divisão territorial* do trabalho: “em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas” coexistindo no mesmo tempo (DAMIANI, 2006 p. 137).

Neste universo de possibilidades despontam as denominada Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) que, de acordo com Elias (2011, p. 153-154), caracterizam os novos arranjos territoriais do setor agrícola (territórios das redes agroindustriais), receptáculos do agronegócio globalizado. Para a autora, neste meio estão os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano e as consequências são a intensificação das relações campo-cidade e a urbanização. Essas redes agroindústrias precisam dos processos que ocorrem no meio urbano, próximos a áreas de produção agrícola e agroindustrial. Em outras palavras, as cidades ganham funcionalidade sendo subsidiárias ao agronegócio. Esta RPA, portanto, tem especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano.

As RPAs provocam “o aumento da dialética na organização do espaço brasileiro”, explicitamente caracterizado pela fragmentação do espaço com reestruturação do meio urbano e do meio regional, conseqüentemente provocando impactos para o meio agrícola e urbano

não metropolitanos. Deste modo, o agronegócio globalizado é um dos principais condutores de novos arranjos territoriais (ELIAS 2011, p. 156).

Uma particularidade das áreas de commodities, continuando o raciocínio apresentado pela autora supracitada, é a resistência às ingerências exógenas e às representações do período histórico em que se vive. Por serem locais comandados por empresas hegemônicas, estas áreas acabam distanciadas da “solidariedade orgânica” que esteve no centro dos fenômenos regionais. Em outras palavras, são espaços abertos e sujeitos a forças externas/modernizantes, o tempo todo inteirado com renovações tecnológicas e compondo lugares particulares, muitas vezes desenraizados da própria região em que estão inseridos (ELIAS 2011, p. 156). E no meio do agronegócio a migração marca, por exemplo, a implantação de identidades externas às regiões que estão sendo ocupadas.

Sobre as cidades dessas RPAs, as denominadas por Elias (2011, p. 161) “cidades do agronegócio²” têm funções hegemônicas demandadas pelo agronegócio globalizado em detrimento das demais funções. Portanto, a economia urbana é diretamente dependente da produção agrícola. A cidade lida com o circuito superior da economia agrária (consumo dos insumos e maquinário, plantas industriais (como a Bunge) e outros suportes).

As RPAs constituem “novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades sócioespaciais” (ELIAS 2011, p. 156). Tal ponto de reflexão merece ser observado neste estudo e questiona-se se não seriam desigualdades pré-existentes ao contexto nacional, a forma historicamente sedimentada de lidar com os grupos sociais de distintas classes.

O Centro Oeste é um exemplo de região do país que retrata e possui um histórico de municipalização e criação de cidades, resultantes da economia globalizada e agroindustrial. Nasceram ainda, novas cidades relacionadas à modernização de setores econômicos do país, sobretudo a partir da década de 1960, com a inauguração de Brasília e a abertura de grandes rodovias interestaduais como a BR163 (figura 1).

Figura 1. Rodovia BR 163, que liga Cuiabá à Santarém.



Fonte: Boston Globe, disponível em <www.boston.com/news/world/#filter-latin-america>, acesso em junho 2014.

² A autora denomina de “cidades do agronegócio” os espaços urbanos inseridos em RPAs em que se dão a gestão local ou regional do agronegócio globalizado e que desempenham inúmeras funções urbanas diretamente inerentes a esse meio (Elias 2011, p. 161 – texto adaptado).

As fronteiras agrícolas modernas são denominadas como as áreas ocupadas, a partir da década de 1970, por monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original, principalmente a paisagem ocupada originalmente pelo cerrado (Frederico, 2011). No Norte do Mato Grosso, a ocupação do território ocorreu justamente após a década de sessenta. Nesta época dava-se prioridade a projetos de colonização privados, criando fluxos migratórios “que canalizavam para as regiões estagnadas o excedente populacional camponês ainda não de todo empobrecido” (Schallenberger & Schneider, 2010). Durante o regime militar, no entanto, as experiências de colonização nas novas fronteiras tiveram no Estado um forte aliado. Foram criados estímulos à vinda de tecnologia e capital estrangeiro, com a modernização da estrutura urbana.

O Estado, dessa forma, estaria abrindo novas áreas à economia e garantindo ao mesmo tempo, a hegemonia em áreas de fronteiras. Houve a proliferação das experiências de colonização por toda área da Amazônia Legal³, e no Estado do Mato Grosso, a colonização particular teve grande relevância. O modelo inicialmente utilizado foi o de minifúndios, porém ele fracassou devido aos grandes investimentos que deveriam ser feitos para que a terra se tornasse produtiva e pela distância grande distância dos centros consumidores. Porém, na década de 1970, a região do rio Tele Pires começa a ser ocupada por projetos agropecuários cedidos a empresas nacionais internacionais.

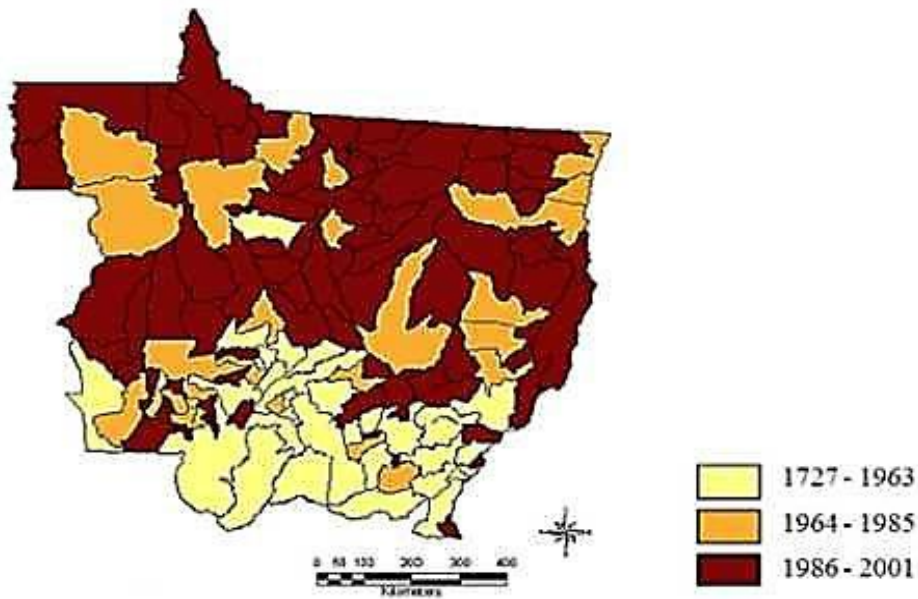
Entre meados e fins dessa década (1980) nota-se a dinamização urbana desses espaços e a formação e crescimento de pequenos assentamentos urbanos, alguns até pré-existent, deram lugar a formação de novos territórios, desmembrados de suas terras de origem, tornando-se sedes municipais. Essas cidades surgiram para atender aos novos consumos, resultados da modernização agrícola. No Mato Grosso, de acordo com Silva (2013, p. 4): “o motor da municipalização é a urbanização e, ao mesmo tempo, urbanização exige a municipalização para se completar”.

Atualmente a grande propriedade mecanizada, que dirige sua produção ao mercado exterior, predomina na paisagem ao longo da rodovia BR 163. A economia se destaca pela grande produção de grãos, principalmente a soja, tornando-se uma atividade que requer grandes investimentos em pesquisas tecnológicas. Uma nova relação cidade-campo surge, embasada, sobretudo na eficiência da circulação de produtos, insumos e matérias primas.

A Figura 2 representa as divisões sofridas no estado do Mato Grosso entre 1727 a 1963, denotando que o estado um dia foi não só pouco povoado, como pouco dinamizado economicamente. De 1964 a 1985 vivenciou a criação de mais fronteiras internas, dada abertura de fronteira agrícola nacional que atingiu a região centro-oeste como um todo. Até 1985 existiam apenas 57 municípios no Estado de Mato Grosso e de 1986 a 2001 foram criados mais 84, muitos devido a implantação da agroindústria. Há mais 54 propostas de emancipações em tramite junto ao poder legislativo do Estado (SILVA 2013, p. 6).

³ Amazônia Legal: área compreendida pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44° (Brasil, 2007, art. 2).

Figura 2. Divisão municipal do Mato Grosso no tempo.



Fonte: Dados IBGE (2001) e Assembléia Legislativa do Estado do MT, adaptado de SILVA, 2011, p. 7.

Pelos indicadores de desempenho do setor de grãos divulgados pelo IBGE no primeiro semestre de 2014, a Região Centro Oeste aparece como a maior produtora de grãos do país - cereais, leguminosas e oleaginosas (41,7%), seguida da Região Sul (37,7%). Mato Grosso é o estado responsável por alavancar esse primeiro lugar para a região já que está no topo da produtividade (24,2%), seguido pelo estado do Paraná (18,5%) (Gráfico 1).

Gráfico 1. Participação das grandes regiões e dos estados da federação na produção agrícola nacional



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - PAM, IBGE 2014

Os municípios em estudo tem fundamental importância nesse desempenho, principalmente Sorriso (líder da produção de grãos entre todos os municípios da região e do Brasil), seguido de Lucas do Rio Verde. Os dados que discriminam o Produto Interno Bruto desses municípios, em 2011, apresenta o setor de serviços como o que mais gerou divisas internas. O desenvolvimento desse setor, a propósito do que coloca Damiani (2006), tem direta influência com a rentabilidade do setor agrícola. A área urbana está atrelada a economia, envolvendo os circuitos produtivos mais especializados principalmente o setor terciário.

3. OS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

3.1 Sorriso

No processo da modernização agrícola, muitos núcleos urbanos surgiram de colonizações do Instituto Nacional de Colonização Rural (INCRA) e também por ação de empresas ou proprietários privados, às margens da BR 163. A estruturação da malha viária, antes mesmo do desenvolvimento econômico agroindustrial foi importante motor para a formação das novas cidades, mas antes disso foi o condicionante fundamental para o escoamento da produção dos grãos. Os municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum tem em comum a atividade econômica desenvolvida e também funções urbanas realizadas em ambas as margens dessa rodovia (Figura 3).

Figura 3. Os municípios em estudo, situados às margens da BR 163



Fonte: Google Earth 2014 e < <http://pt.wikipedia.org/>>, acesso em junho de 2014.

Sorriso tem 77.735 habitantes pela estimativa populacional do IBGE em 2014 e localiza-se às margens da BR 163, distante 412km de Cuiabá. O surgimento desse município se deu ao final da década de 1970, quando por incentivos do governo militar, a Colonizadora Feliz trouxe migrantes do Paraná e Santa Catarina para povoar terras da Amazônia legal. Sorriso foi distrito de Nobres por curto período de tempo, cerca de seis anos, quando a área de 9.329,603km² foi emancipada em abril de 1986, recebendo o status de município pela lei 5.002/86. Possui três distritos: Boa Esperança, Caravágio e Primavera do Nobre.

O crescimento urbano impressiona, é possível perceber no intervalo de nove anos – 2004-2013 a mudança (Figura 4). Em 2004 verifica-se que a malha urbana esta próxima a reservas legais e Áreas de Proteção Permanente – APP, em meio a todo um espaço de exploração agrícola. Em 2013 a densificação da malha urbana se aproxima ainda mais dessas áreas de vegetação, inclusive com expansões (em amarelo) para a periferia após o rio que faz a fronteira sul/sudoeste com a cidade (Figura 4).

Figura 4. A esquerda malha urbana do município de Sorriso em 2004, a direita malha do município em 2013.



Fonte: Google Earth, 2014

3.2 Lucas do Rio Verde

Lucas do Rio Verde dista 350 km da capital do Estado – Cuiabá e situa-se entre Sorriso e Nova Mutum. Possui uma estimativa populacional de 55.094 habitantes (IBGE 2014) e uma área de 3.645,994km². Foi colonizada pelo Instituto Nacional e Reforma Agrária - INCRA, com um assentamento de 203 famílias de agricultores, todas vindas do Rio Grande do Sul. Pertenceu ao município de Diamantino, de onde foi distrito até julho de 1988, quando obteve a municipalização. Tem um distrito chamado de Groslândia.

A expansão urbana de Lucas do Rio Verde no intervalo de 2004 a 2013 também impressiona (Figura 5). Nota-se em 2004 o bairro pioneiro, em amarelo, situado entre a BR 163 e a faixa de vegetação existentes. A mancha urbana se encontra em ambos os lados da BR 163 e se expande (áreas em vermelho) para trás de uma área de APP. Em 2013 percebe-se que o crescimento foi expressivo para os dois lados com a consolidação do bairro Cidade Nova, a implementação do bairro Tessele Junior (em Roxo) e a criação do loteamento Sadia (em rosa); há ainda toda a expansão urbana evidente na Figura 5 para os dois lados.

Figura 5. Crescimento da malha urbana de Lucas do Rio Verde – MT, a esquerda 2004 e a direita 2013.



Fonte: Google Earth, 2014

3.3 Nova Mutum

Nova Mutum, assim como Lucas do Rio Verde, também era distrito de Diamantino até o ano de 1988, quando foi emancipada. Tem uma população estimada em 38.206 habitantes (IBGE 2014), mas em 2000 eram apenas 14.818. O tamanho do município é de 9.562,661km², com um distrito chamado de Ranchão.

A história de Nova Mutum, no processo de formação do seu núcleo urbano, é um pouco diferente das anteriores. Não foi o INCRA quem realizou a colonização da área, mas uma empresa contratada por proprietários de terras e que até hoje é dona de glebas dentro do perímetro urbano da cidade. A migração inicial veio do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A expansão urbana do município é a menor dentre os três estudados, mas significativo e disciplinado. Nota-se pelas imagens que há, por enquanto, uma tendência ao crescimento, a princípio, de apenas um lado BR 163. Talvez, por existir um controle por parte dos proprietários de terras, mesmo estando em mãos privadas. A expansão tem sido pensada junto com plano diretor em elaboração neste ano de 2014. (Fig. 6).

Figura 6. Crescimento da malha urbana de Nova Mutum – MT, a esquerda 2004 e a direita 2013.

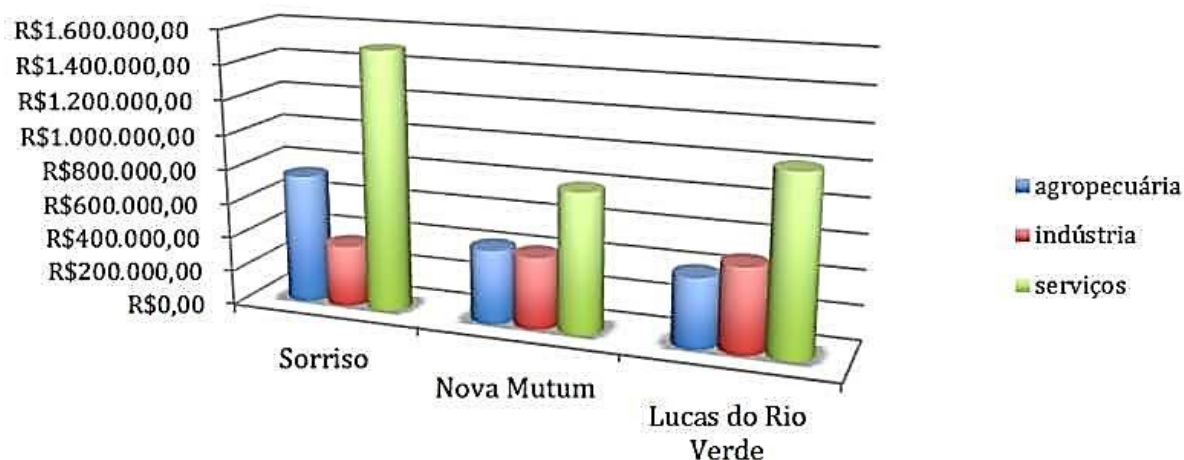


Fonte: Google Earth 2014

4 PERFIL SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Pela análise do gráfico 2, no Município de Sorriso, o setor de serviços correspondeu mais que o dobro do setor agrícola e quase cinco vezes mais que o setor industrial. Em Nova Mutum a produção do setor agrícola e do setor industrial estão quase equivalentes, já o setor de serviços corresponde a quase o dobro deste valor. Lucas do Rio Verde também se destaca no setor dos serviços, mas a ao contrário dos dois municípios anteriores, a indústria, ao menos neste ano, teve montante de arrecadação maior que o da agricultura (Gráfico 2).

Gráfico 2. PIB dos Municípios em estudo - 2011

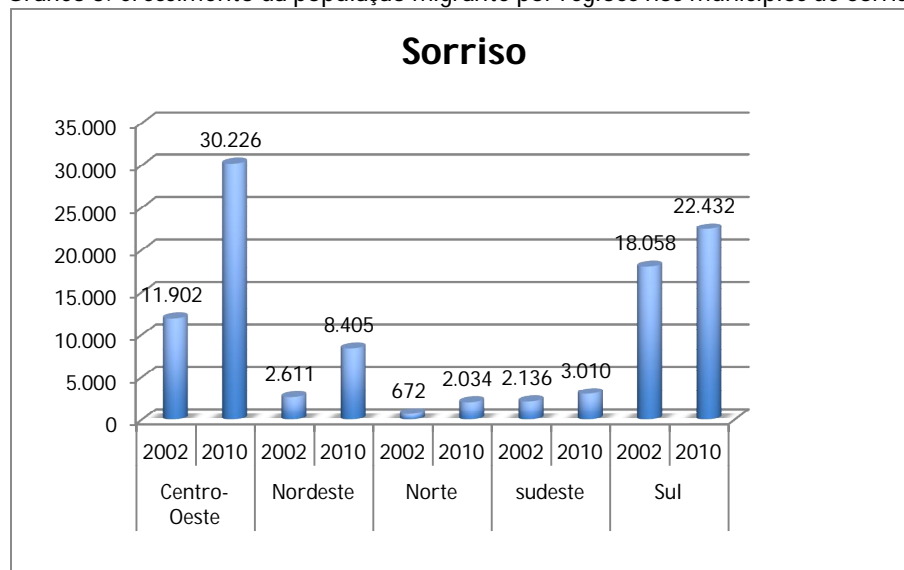


Fonte: IBGE Cidades@, 2014.

No que diz respeito à migração para estes municípios, no intervalo de 2002 e 2010 as Regiões responsáveis pelos maiores fluxos migratórios foram do próprio Centro-Oeste (prova-

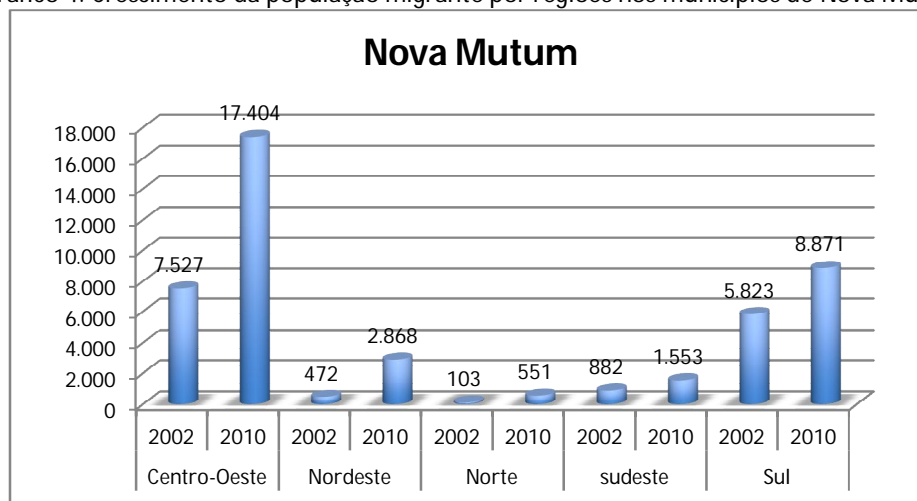
velmente migração interna), seguido de migrações provenientes dos estados do Sul do país e em terceiro lugar do Nordeste (Gráficos 3 e 4). Não foram encontrados os dados desagregados, ou seja, por estado ou municípios de origem dessas populações migrantes, só por grandes regiões. De todo modo, é possível identificar um fluxo comum para as três cidades (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3. Crescimento da população migrante por regiões nos municípios de Sorriso



Fonte: Censo IBGE 2010

Gráfico 4. Crescimento da população migrante por regiões nos municípios de Nova Mutum

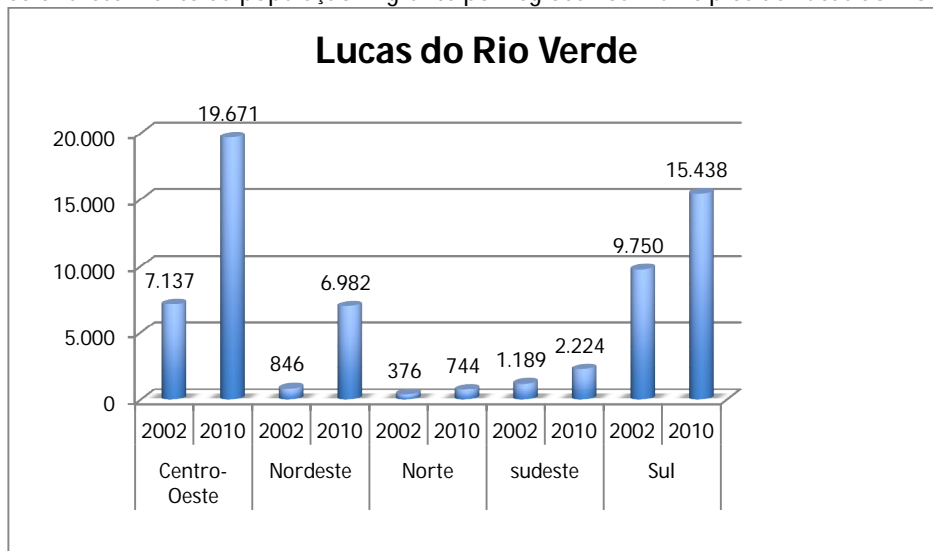


Fonte: Censo IBGE 2010

Em Lucas do Rio Verde o perfil da migração é o mesmo dos anteriores. Os maiores números advêm do Centro-Oeste, o que pode significar uma migração interna, seguido de migrantes provenientes do Sul e por último do Nordeste. Neste caso, técnicos da prefeitura local declararam que a migração nordestina tinha aumentado bastante desde a implantação da indústria da Sadia na região. A indústria atrai mão de obra barata e tem certa rotatividade,

demitindo quando há entressafra e empregando quando as condições de produção melhoraram (Gráfico 5).

Gráfico 5. Crescimento da população migrante por regiões nos municípios de Lucas do Rio Verde



Fonte: Censo IBGE 2010

Esse perfil migratório, no mínimo, denota a correlação e importância da área urbana com a produção do agronegócio. No contexto urbano se encontra o mercado para suprimento de insumos, maquinários, concertos, assim como o suprimento diário da população que vive nessas cidades; e ainda existe o desenvolvimento de indústrias associadas, como a alimentícia Brazilian Food – BRF, da qual fazem parte a Sadia e a Perdigão, sediadas em Sorriso e em Lucas do Rio verde. Estes fatores atraem populações migrantes. Em campo, nas entrevistas junto as prefeituras, foi confirmado o melhor desempenho do setor de serviços à movimentação do setor agrícola e de igual modo à indústria. Quando esses setores tem baixas em suas produções (agricultura e indústria) os reflexos são diretos no setor de serviços que também caem.

Quanto ao perfil dos municípios em relação a distribuição por setores de atividades da mão-de-obra ocupada em cada um deles, observou-se semelhanças, com variações percentuais de setor a setor em cada cidade. De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE 2010), as áreas que mais empregam, em ordem de grandeza são: a agropecuária, o comércio, a construção civil, a indústria de transformação e os serviços domésticos. Existe ainda um número expressivo de um setor chamado de atividades mal especificadas, talvez uma espécie de serviços gerais (Tabela 1).

Tabela 1: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência que exerciam o trabalho principal no município de residência - 2010

Ocupação	Sorriso	Lucas do Rio Verde	Nova Mutum
Total	32.611	23.815	17.622
Administração pública, defesa e seguridade social.	936	680	583
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	4.934	2.796	3.490
Água, esgoto, atv. de gestão de resíduos e descontaminação	116	78	40
Alojamento e alimentação	1.031	1.794	635
Artes, cultura, esporte e lazer.	204	124	149
Atividades administrativas e serviços complementares	1.249	445	517
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.	385	221	194
Atividades imobiliárias	187	126	91
Atividades mal especificadas.	2.571	1.451	2.035
Atividades profissionais, científicas e técnicas.	879	505	274
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.	6.067	4.523	2.613
Construção	3.563	2.060	1.369
Educação	1.420	948	783
Eletricidade e gás	40	10	0
Indústrias de transformação	2.141	4.270	2.478
Indústrias extrativas	100	23	70
Informação e comunicação	258	116	232
Atividades de serviços	1.006	709	357
Saúde humana e serviços sociais	1.116	405	383
Serviços domésticos	2.870	1.460	731
Transporte, armazenamento e correio.	1.541	1.114	599

Fonte: Censo Demográfico - IBGE 2010.

Ao analisar esses setores por municípios, nota-se pequenas discrepâncias entre um município e outro. Em Sorriso o número total de empregados é de 32.611 e desse total, 15% estão empregados no setor da agricultura, pecuária etc. Em Nova Mutum, dos 17.622 empregados, 20% estão nesse setor e em Lucas do Rio verde, dos 23.815 empregados, apenas 11% estão no setor agrícola. Isto pode ser devido ao tamanho e quantidade de propriedades. No setor do comércio Sorriso tem 18% dos ocupados; Lucas do Rio Verde, 19% e em Nova Mutum são 15%. Na indústria da transformação, Sorriso tem 6,5%; em Lucas do Rio Verde são 17% e em Nova Mutum são 14% (Tabela 1). Este é o setor com aspectos mais distintos. Pode ser que estejam relacionados ao perfil produtivo de cada empresa sediada nos diferentes locais.

5 A CONFIGURAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Durante a expedição a essas três cidades observaram-se espaços ordenados, com predomínio de malhas ortogonais reticuladas. Em nenhuma das cidades há qualquer processo de favelização ou ocupação clandestina/ilegal ou irregular. Os núcleos mais antigos coincidem com a centralidade e a disposição de comércio mais denso. Especificamente em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum há delimitação específica para centros-cívicos.

A parte residencial das cidades é basicamente horizontal, com predomínio de casas de alto padrão construtivo, passando pelas medianas, até os bairros novos, de baixa renda, com casas padronizadas de feições monótonas, construídas a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Essas áreas dispõem de serviços de saneamento básico, iluminação, calçamento, asfalto e meio fio. Além disso, construídas ou em construção, se viu equipamentos públicos – escolas, creches e postos de saúde - junto a esses conjuntos habitacionais (Figura 7).

Figura 7. Conjunto Habitacional no município e Escola em área de habitação popular no município de Lucas do Rio Verde.



Fonte: acervo pessoal.

A verticalização está presente em todos esses núcleos urbanos, porque no zoneamento de cada uma há definição de áreas flexibilizadas a esses tipos de edificações e não se trata de simplesmente realizar edificações em altura em qualquer localidade. A este respeito, em Lucas do Rio Verde, as redes de águas e saneamento ainda não estão preparadas para esta mudança de perfil, embora alguns proprietários tem antecipado e edificado prédios em áreas definidas (Figura 8).

Figura 8. Habitações verticalizadas no município de Sorriso – MT.



Fonte: Acervo Pessoal

Em todos os três municípios observou-se algum tipo de dispersão da malha urbana, sobretudo em relação as áreas de menor renda em relação ao núcleo central. Infere-se dois fatores motivadores: o primeiro diz respeito ao predomínio da segregação das áreas mais pobre - algo que acontece nas diferentes cidades do país, mesmo que a lei 10.257/2001-Estatuto da Cidade, conclame a mesclagem dos níveis de renda no interior da malha urbana das cidades. O segundo, são vazios urbanos presentes que podem indicar tanto o processo de ocupação ainda muito recente, como a especulação imobiliária. De todo modo, são espaços que parecem destinados a projetos futuros dentro do planejamento urbano de cada um.

Junto as prefeituras foram questionados acerca da forma de crescimento urbano e dos desafios que enfrentam para manter a inclusão social e diversificar a economia para manutenção futura da cidade. Em Lucas do Rio Verde e Sorriso, ao referir-se à fábrica da Sadia, técnicos afirmaram que essas empresas atraem migrantes sem mão de obra especializada e ao mesmo tempo, empregam e desempregam funcionários, dependendo da entressafra; o que torna a vida do trabalhador difícil e faz com que os municípios busquem novas alternativas para ocupação dessas pessoas. Acreditam que a saída para manutenção do desenvolvimento econômico seja a implantação de indústrias de processamento de grãos que lá são produzidos, entre outras frentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse artigo foi realizar uma reflexão acerca das condições de manutenção econômica e sua relação com a sustentabilidade urbana dos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum - cidades novas da região do Mato Grosso e da Amazônia Legal.

Constatou-se que essas cidades têm o crescimento urbano diretamente atrelado ao mercado de commodities que as sustenta, direta e indiretamente. Confirma-se, assim, o desafio, tanto do planejamento quanto da gestão, em ter uma sociedade participativa, capacitada e envolvida com os rumos tanto das áreas urbanas quanto do território municipal como um todo.

A estrutura das cidades em si, de certo modo, reproduz a espacialização de níveis sociais, próprias de todas as sociedades de classes cujos bairros mais pobres costumam ser mais segregados e tendem a ser planejados e implantados deste modo. Apesar disso, a inclusão social, com oferta de habitações com certa dignidade: edificações, arruamentos urbanizados, escolas, postos de saúde, existe nos três municípios.

Após a análise realizada, discorda-se da afirmativa de Elias (2011), apresentada mais no início deste texto, quando diz que as Regiões de Produção Agrícolas - RPA são “novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades sócioespaciais”. É possível que exista essa possibilidade, sem dúvida, mas se vistas sob o contexto presente em Nova Mutum, Sorriso e Lucas do Rio Verde, pode-se afirmar que há desigualdades, mas com menos exclusão que em outras tantas cidades brasileiras. Entende-se que a reprodução da desigualdade deve ser percebida como algo estrutural, impregnado no processo socioeconômico e político brasileiro. Algo a ser superado com iniciativas de inclusão objetivas, como as que se percebe nesses municípios, mas que não podem ser reservadas apenas à oferta de habitação. Participação social, educação e capacitação técnica, lazer são alguns dos caminhos para se constituir espaços menos excludentes, além do cuidado com a diminuição as excessivas distinções de renda.

Conclui-se que os municípios estudados têm certa harmonia dentro do seu conjunto urbano. As administrações denotam comprometimento com o espaço das cidade, com equipes empenhadas ao seu bom ordenamento espacial e a inclusão social. Contudo, as demandas sociais devem ser tratadas em diferentes aspectos: habitação, educação, saúde, participação social, fortalecimento da cidadania no geral. Talvez isto garanta uma longevidade dessas localidades por muito mais tempo. Esses espaços, hoje, podem ser tomados como “modelos para muitas cidades brasileira antigas e novas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007*. Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Brasília, 2007
- DAMIANI, Amélia. *Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos*. En Publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amelia Inés Gerai-ges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.
- ELIAS, Denise. *Agronegócio e novas regionalizações no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 13, n. 2, novembro de 2011, p. 153 a 167.
- FREDERICO, Samuel. *As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira*. Artigo. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011
- IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Cidades@. IBGE, 2014.
- IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Estatística de produção agrícola. Janeiro de 2014. disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201407.pdf; Acesso em julho de 2014.
- IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Produção Agrícola Municipal. Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2003/ementario.pdf>; Acesso em julho de 2014.

LUCAS DO RIO VERDE. *Lei Complementar nº 57, de 11 de dezembro de 2007. Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano do Município de Lucas do Rio Verde, MT.*

LUCAS DO RIO VERDE, MT. *Plano Diretor de Lucas do Rio Verde. LEI COMPLEMENTAR No 52, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.*

NOVA MUTUM. *Lei Nº 1073 de 25 de agosto de 2008. Zoneamento e uso do Solo no Município de Nova Mutum – MT.*

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara. *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital. Sociologias [online]. 2010, vol.12, n.25, pp. 202-222. ISSN 1517-4522.*

SORRISO. *Lei Complementar nº 082/2008. Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Sorriso, MT.*

SORRISO, MT. *Plano diretor do desenvolvimento municipal de Sorriso. Lei 501/96 | Lei nº 501 de 24 de agosto de 1996*

SILVA, Silvana. *Urbanização e criação de novos municípios no front agrícola do uso corporativo do território brasileiro. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial.*

Artigo recebido em 11 de novembro de 2014.

Aprovado em 23 de maio de 2016.